



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento
Econômico e Gestão
Subsecretaria de Registros Contábeis

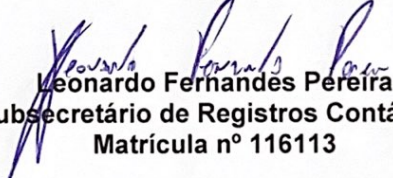
Nº PROC.	19950/22
DATA:	03/08/22
RUBRICA:	FOLHA 10

Nova Friburgo, 03 de agosto de 2022.

Processo nº 19950/22

Em resposta a fls.08, com análise a FLS 338 e de 364 a 375 DO Processo administrativo 498/2022, este setor entende que não existe motivos para desabilitar a TRANSLOCAR, uma vez que possui qualificação econômico-financeira o que viabiliza sua participação.

Atenciosamente,


Leonardo Fernandes Pereira
Subsecretário de Registros Contábeis
Matrícula nº 116113



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N.º 19950

DIA 05/07/22

Folhas N.º 11 Rubrica 8

Processo: 19950/2022

Recorrente: Sanelagos Ltda.

Recorrida: Translocave Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 110 de 2022 - Processo Licitatório n. 498/2022

Ao Ilmo. Sr. Dr. Procurador;

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 110 de 2022 - Processo Licitatório n. 498/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de passageiros (pacientes e acompanhantes) para atender as necessidades de pacientes com necessidades especiais (PPDs) pelo período de 12 (doze) meses.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 04 de agosto de 2022.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal (fls. 04) que a empresa recorrida descumpriu os subitens 16.3 e 16.7 do edital, tendo em vista que não apresentou o contrato social em vigor, mas apenas o contrato social de transformação da sociedade, datado de 17 de setembro de 2018, desacompanhado de todas as alterações sociais ou consolidação respectiva, conforme se verifica na Declaração Cadastral da Prefeitura de Valinhos.

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 05/07, afirmando que (1) o edital é claro no sentido de que as empresas poderão deixar de apresentar documentos de habilitação que constem no SICAF, nos termos do subitem 9.5; (2) na forma do subitem 12.16.1.4 do edital, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação; (3) a Pregoeira e sua equipe, ao analisar a documentação da empresa, constatou que a proposta e os documentos de habilitação atenderam às exigências editalícias, bem como às exigências relacionadas ao SICAF; (4) o edital é enfático no que diz respeito à prova de capital mínimo por meio do contrato social ou patrimônio líquido mínimo por meio de balanço patrimonial e, ao analisar o balanço patrimonial da empresa, verifica-se que a empresa atende plenamente à exigência do subitem 18.2 do edital.

A Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 08, limitou-se a encaminhar os autos à Subsecretaria de Registros Contábeis para pronunciamento de ordem contábil, na forma do subitem 27.5 do edital e, após, à esta Procuradoria para pronunciamento de ordem jurídica.

Às fls. 10 a Subsecretaria de Registros Contábeis afirma que, analisando as fls. 338 e 364/375 do processo licitatório, "(...) não existe (sic) motivos para desabilitar a TRANSLOCÁVE, uma vez que possui qualificação econômico-financeira, o que viabiliza sua participação".



PROCESSO N.º 0950

DIA 05/08/22

Folhas 11.º 12 Rubrica 0

É o relatório.

Preliminarmente, vale alertar que cabe ao Pregoeiro responder os recursos, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93:

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, **por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão,** no prazo de 5 (cinco) dias úteis, **ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado,** devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”

Como se pode ver, **cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

h.



PROCESSO N° 19950

DIA 05/08/22

Por sua vez, o subitem 20.8 do edital assim dispõe:

Folhas N° 13 Rubrica 8

"Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do Pregoeiro, e da Procuradoria Geral do Município."

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria emite parecer jurídico e a Secretaria Requisitante decide o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

§ 1º No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

§ 2º A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.

§ 3º Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

§ 4º A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

§ 5º No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana¹, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

¹ SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.



“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei n° 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também inconteste que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre a habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, a Comissão de Pregão não se manifestou motivadamente acerca do recurso, sendo que, conforme exaustivamente narrado, é de sua competência a análise da habilitação das licitantes.

No que tange à alegação de descumprimento do subitem 18.2, a Subsecretaria de Registros Contábeis já analisou os documentos apresentados pela recorrida (fls. 338 e 364/375 do processo licitatório, que tratam respectivamente, do contrato social e balanço patrimonial), afirmando que “(...) não existe (sic) motivos para desabilitar a TRANSLOCAVE, uma vez que possui qualificação econômico-financeira, o que viabiliza sua participação”.

Com efeito, por uma mera leitura do subitem 18.2 do edital, que previu a possibilidade de comprovação não só por meio do balanço patrimonial, mas também por meio de capital social mínimo de 10%, em conjunto com a leitura do contrato social apresentado pela recorrida (fls. 364/375), verifica-se que a mesma comprovou o cumprimento da exigência editalícia, eis que o valor estimado da licitação é de R\$ 1.194.500,00 (um milhão centos e noventa e quatro mil e quinhentos reais), ao passo que o capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), representando mais de 10% do valor estimado.

Quanto à alegação de descumprimento dos subitens 16.3 e 16.7 do edital, verifica-se, na ata de realização do pregão eletrônico, que o Pregoeiro informa que iniciará a verificação dos documentos de habilitação anexados, concomitantemente com o SICAF, após o que comunica a todos que “a documentação apresentada pela empresa TRANSLOCAVE LTDA comprova o atendimento das exigências fixadas no Edital” (fls. 388).

Examinando os autos, verifica-se que o contrato social da recorrida, acostado às fls. 335/342, é datado de 17 de setembro de 2018, sendo certo que, pela Declaração Cadastral emitida pela Prefeitura de Valinhos (fls. 355/356), extrai-se que houve uma alteração do quadro societário em 11 de dezembro de 2020, com a saída da sócia Daisy Ramos de Oliveira, o que leva à conclusão de que o referido contrato social não é o contrato atualmente em vigor.

h.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N.º 19950
DIA 05/08/22

Folhas N.º 15 Rubrica B

No entanto, ao analisar o recurso, o Pregoeiro não se informa se houve o cumprimento dos subitens 13.6 e 16.7 pela recorrida, ou seja, se nos documentos do SICAF consta o contrato social em vigor, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Isso porque, de fato, o edital permite que as licitantes deixem de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF (subitem 9.5).

De acordo com o Manual do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF² (subitem 2.9), as sociedades empresárias limitadas devem realizar o *upload* do Contrato Social e suas alterações, para fins de habilitação jurídica.

Desta feita, deve a Comissão de Pregão III se manifestar acerca do recurso, especialmente se consta no SICAF o contrato social em vigor, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, após o que deverá emitir sua decisão e, caso mantenha a sua decisão pela habilitação da recorrida, deverá encaminhar os autos à Secretaria de Saúde para ciência e decisão final.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo liminarmente.

Nova Friburgo, 04 de agosto de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773


João Paulo Figueiredo
PROCURADOR GERAL
PMNF - RJ - 01010

² <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/manuais/manual-sicaf/manual-normativo-sicaf.pdf>